



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 1/2014 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE. Aos vinte e oito dias mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no auditório da Biblioteca Municipal de Góis, reuniu a Assembleia Municipal pelas dezassete horas com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº8**
- 2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**
- 4. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA À ASSEMBLEIA DISTRITAL DE COIMBRA**
- 5. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
- 6. NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUÇOS EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS/MOÇÃO**
- 7. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 8. 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL**
- 9. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES**
- 10. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA**
- 11. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA PÚBLICO**

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Dr. José António Pereira de Carvalho (PS)

1ª Secretária: Drª. Dina Marlene Bandeira Carvalho (PS)

2º Secretário: José Rodrigues (PS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Vogais:

Partido Socialista (PS) – Jaime Miguel Fernandes Garcia, Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, Dr^a. Sílvia Maria Gonçalves Fernandes Nogueira Santos, Nuno Pedro Tavares do Nascimento, Eng^o Renato José dos Santos Vitorino.

Grupo Cidadãos Eleitores Independentes por Góis – Dr. Miguel Luís Martins Alves Fortunato; Dr^a. Maria do Céu Simões Alves, Amílcar José Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões.

Presidentes das Juntas de Freguesia de:

Alvares – Dr. Victor Manuel Fonseca Duarte (Cidadãos Independentes por Góis)

Góis – Graciano Antunes Rodrigues (PS)

União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição de Jesus (PS)

Vila Nova do Ceira - António Barata Carvalho (PS)

Da Câmara Municipal registou-se a presença da senhora Presidente, Dr^a. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e dos Vereadores Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng^o Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.

FALTAS: O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o senhor deputado Mário Almeida Nunes comunicou da sua ausência do país no período de 26 de fevereiro a 3 de março, pelo que não poderá comparecer nesta sessão. Neste sentido, informou que em conformidade com o artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, versão consolidada vigente a partir de 30 Setembro 2013, pela última modificação legislativa - Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (regime jurídico das autarquias locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e nos termos do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Góis, o senhor deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

solicitou a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 79.º da supra citada Lei e artigo 57.º do Regimento da Assembleia Municipal de Góis, ex vi n.º 3 do artigo 53.º do mesmo Regimento.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou que o elemento da lista do Grupo Cidadãos Eleitores Independentes por Góis seguinte era o senhor José Manuel Bandeira, o qual por impossibilidade de presença nesta sessão, solicitou nos termos da legislação em vigor a sua substituição.

Face ao exposto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o elemento seguinte seria o senhor Orlando Cide Antunes Alvarinhas, presente na sessão, pelo que procedeu à sua tomada de posse no período compreendido de 26 de fevereiro a 3 de março. Para o efeito lavrou-se ata, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, comunicou que foi rececionado um ofício da Câmara Municipal a solicitar a indicação de um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal de Góis, a fim de integrarem a composição do Conselho Municipal de Juventude de Góis. Referiu que a lei é clara quanto à inserção de assuntos não agendados, pelo que pôs a votação a inserção do referido assunto.

Posto à votação, a inserção deste assunto na ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade, o qual constituirá o ponto 4. da presente ata, alterando os pontos da ordem do dia.

O senhor líder de bancada do GMCEIG apresentou a declaração do voto em nome da bancada: O GMCEIG votou a favor da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos aceitando o seu caráter excecional apenas exclusivamente em nome da juventude, porque embora a lei apenas o permita fazer no caso de urgência reconhecida, não lhes parece que haja urgência reconhecida na constituição de um CMJ que deveria estar constituído desde 2009.

O senhor líder de bancada do PS referiu registar com algum apreço a inserção deste ponto, uma vez que se trata de um assunto da maior pertinência,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

estranhando que desde 2009 como esta lei o determina não tenha havido intervenções no sentido da criação do CMJ. Concluiu referindo que mais do que críticas o presente Regulamento merece uma saudação da bancada do PS.

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº8 - O senhor Presidente Assembleia Municipal informou que o senhor deputado Mário Almeida Nunes, remeteu correção à sua intervenção relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano/Ano de 2014, a qual ficará a constar o Anexo II da presente Ata.

Seguidamente, deu a palavra aos membros dos Grupos Municipais para se pronunciarem relativamente à Ata nº8/2013.

Usou da palavra o senhor Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva referindo que a sua intervenção prende-se pelo facto de entender que a ata em apreço é demasiado extensa, entendendo que a mesma ao ser redigida deverá ser uma sumula do que mais de importante se passou em sessão deste órgão, pelo que oportunamente deverá ser considerada a referida opção.

Interveio o senhor líder de bancada do GMCEIG que relativamente às atas referiu que efetivamente se em algumas situações o documento é extenso, noutras são omissos assuntos considerados de interesse. Relativamente à ata em apreço lembrou que na mesma foram discutidos dezasseis pontos durante cerca de seis horas, pelo que a extensão da mesma provavelmente é discutível. Acrescentou, ser seu entendimento que na elaboração da atas terão que existir mais parágrafos nas intervenções.

Usou da palavra o senhor Jaime Miguel Fernandes Garcia que se prevaleceu da oportunidade para endereçar em nome da bancada do PS as suas felicitações ao senhor deputado Orlando Cide Antunes Alvarinhas, pela sua presença como deputado nesta sessão da Assembleia Municipal.

Quanto à redação das atas, referiu que a lei determina que as mesmas sejam uma sumula do que mais de importante se passou em sessão, porém recordou que muitas das vezes as mesmas são objeto de crítica pelo resumo feito em alguns assuntos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Posta à votação a ata foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e duas abstenções do senhor deputado Orlando Cide Antunes Alvarinhas, que justificou o seu sentido de voto por não ter estado presente na última reunião deste órgão, e do senhor Carlos da Conceição Jesus justificando ser seu entendimento que o sentido das palavras que constam na ata será diferente daquilo que por si foi mencionado.

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes da correspondência remetida a este órgão desde a reunião de 27.12.2013 até à presente data.

3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO – Relativamente a este ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem.

Interveio o senhor deputado Carlos da Conceição Jesus que fez alusão à correção da intervenção remetida pelo senhor deputado Mário Almeida Nunes, uma vez que traduz melhor o que foi por si explanado. Referiu, que desejava que o senhor deputado enquanto foi Presidente da Assembleia da extinta Junta de Freguesia de Cadafaz, tivesse tido o mesmo rigor na documentação desse órgão, nomeadamente naquilo que foi a elaboração de algumas atas, considerando que rigor foi coisa que as mesmas não continham. Interveio o senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte que fez uma resenha daquilo que serão as comemorações dos 500 anos do Foral do Antigo Concelho de Alvares, iniciativa que terá o seu ponto alto no dia 04 de maio, momento para o qual oportunamente serão endereçados convites, sendo uma honra para todos Alvarenses que a sociedade civil se associe às diversas atividades que irão ser levadas a efeito.

Relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento para a CIM-RC referiu ser do seu conhecimento que uma empresa está a elaborar o mesmo no qual devem os Municípios apresentar projetos de impacto concelhio e intermunicipal. Neste sentido, referiu que constatou pela imprensa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

preocupação na requalificação das redes viárias que servem alguns concelhos, fazendo alusão à requalificação da EN2 nos troços de Arganil – Coja e Portela do Vento–Portela de Góis. Referiu, que esta é altura ideal para que seja considerado o troço Portela do Vento–Alvares que considera ser a saída/entrada sul para o concelho e que tem ligação ao IC8, pelo que solicitou informação até que ponto é que esta via de ligação à sede do concelho pode ser indicada no Plano Estratégico, considerando que será esta altura para apelar para a importância desta obra.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva que sugeriu a descentralização de uma das sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente a de Junho, lembrando a importância de se fazer uma sessão dirigida aos alunos do Agrupamento de Escolas de Góis.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o senhor deputado que relativamente à Assembleia Municipal dirigida aos alunos do Agrupamento de Escolas de Góis foi um assunto discutido em sede de Conselho Municipal de Educação, pelo que o Agrupamento está a tomar as necessárias diligências para que essa iniciativa seja realizada.

O senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva continuou congratulando-se e felicitando o Executivo pelo espetáculo de reabertura do Auditório da C.C.G.

De seguida endereçou votos de felicidades ao secretário da Vereação senhor Nuno Lopes, votos extensivos ao senhor António Gonçalves secretário da Presidência.

Prevaleceu-se da oportunidade para felicitar os novos corpos sociais da Associação de Juventude de Góis na pessoa do seu presidente João Barata, tendo destacado o papel que o jovem Nuno Alves teve no processo de reorganização e ressurgimento desta Associação. De igual modo, felicitou a nova chefia do Grupo de Escoteiros 74 de Góis, sendo uma organização que tem 12 chefias e meia centena de jovens, realçando o trabalho que têm vindo a desenvolver. Alertou para o espaço onde funciona a sua sede, que na sua opinião não é condigno por não oferecer condições de segurança, conforto e higiene.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Sobre a Comissão de Saúde é seu entendimento que se tem de continuar a pugnar pelo funcionamento das extensões atuais de saúde, sendo que se deveria ponderar a possibilidade de reabertura de uma extensão de saúde na União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal. Referiu que caso os problemas que existem nas atuais extensões saúde persistam, dever-se-ia equacionar a hipótese de seguir o modelo sugerido pelo Dr. Miguel Ventura em reunião da Comissão de Saúde, os consultórios itinerantes, sendo que mais uma vez terá que ser o Município a suportar estas despesas, porém trata-se de um investimento nas pessoas mais idosas do concelho.

Prosseguiu, referindo ter solicitado informação sobre o processo de empreitada da empresa Isidoro Correia da Silva, questionando qual o ponto de situação, questão a que o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que solicitou informação à Câmara Municipal no sentido de oportunamente dar resposta ao senhor deputado. Ainda sobre este processo, questionou sobre a diferença nos valores naquilo que foi faturado e o resultado da peritagem, numa diferença de cerca de 40 mil euros, pelo que o que o deixa mais apreensivo tratando-se de uma informação plasmada no documento a qual citou, pelo que solicitou esclarecimentos à senhora Presidente sobre esta matéria. Referiu que como elemento da Assembleia Municipal preocupa-se bastante com o facto da Câmara Municipal poder vir a ser alvo de um processo no âmbito desta peritagem.

De seguida, fez referência ao novo QCA e em concreto naquilo que são as estratégias para o nosso território. Informou da sua presença em reunião dos parceiros da Beira Serra no âmbito do DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária que irá substituir o atual PRODER, acompanhando também o processos das ITIS, pelo que em termos globais está apreensivo como o processo está a decorrer. Mencionou a sua preocupação sobre a possibilidade do GAL-ADIBER que funciona no âmbito da Beira Serra poder vir a perder a possibilidade de decisão sobre o rumo e o conteúdo da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) que consideraram como a mais adequada para o território onde estão inseridos, tomando a decisão quanto aos diferentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

projetos a financiar, de acordo com a dotação inicial disponibilizada para cada uma dessas ELD, porquanto entende que é uma perda de autonomia.

Relativamente ao Plano Estratégico para a CIM-RC, referiu não perceber como é que um documento desta importância para o território que abrange não está a ser discutido ao nível dos vários concelhos, ao invés do que foi feito aquando a elaboração do Plano Estratégico no âmbito da CIMPIN. Lembrou que na elaboração deste, foram realizadas reuniões nos vários concelhos e convidadas várias Entidades à participação, tendo sido considerados alguns contributos. Referiu ainda, não saber qual o ponto de situação do novo Plano Estratégico pelo que solicitou à senhora Presidente da Câmara Municipal informação, bem como dos assuntos que mencionou.

Por último, fez alusão alguns comentários tecidos numa rede social relativamente à senhora Presidente da Câmara, questionando a edil de como é que consegue viver com este tipo de ataques de cidadãos que vivem e trabalham em Instituições que recebem apoio do Município.

Referiu ainda, que retirou da internet uma proposta de apoios e regalias da Associação RaizVanguarda, mencionando que um parceiro que apoiar com sete mil euros esta Associação é atribuído um nome do doador a um estúdio e a uma sala da Galeria de Artes da Casa do Artista. Face ao exposto, questionou qual a situação concreta da Casa do Artista, porque ainda não foi informado da existência de um protocolo entre o Município de Góis, a ADIBER e neste caso com esta Associação. Questionou ainda, quando é que a Casa do Artista poderá ter um funcionamento daquilo que foi previsto no início.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho referindo que a Comissão de Saúde deve ser mantida no pressuposto de contribuir para a resolução de alguns problemas nesta matéria. Nesse sentido, informou da realização de duas reuniões de trabalho, dando conhecimento das Entidades presentes, fazendo alusão à presença do ACES-Pinhal Interior Norte, na pessoa do senhor Dr. Avelino Pedroso, tendo sido questionado sobre algumas situações que achamos pertinentes na área da saúde no concelho. Informou de alguns procedimentos que foram tomados neste âmbito apesar de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

contrariar a vontade de todos, como o encerramento do SAP e da extensão de saúde de Cortes e Alvares, entre outros que mencionou. Fez uma breve alusão ao funcionamento do Centro de Saúde, sobre o qual urge tomar-se algumas diligências sobre o mesmo a bem da população concelhia. Referiu ainda, que uma das propostas apresentadas em reunião desta Comissão na qual esteve presente o senhor Presidente da ADIBER foi o de utilizar a metodologia do consultório itinerante, vantajoso para os utentes que vivem distanciados da sede do concelho, possibilitando-os o direito ao serviço de saúde.

De seguida, referiu a necessidade da existência de um maior número de voluntários nas Instituições concelhias, lacuna que se verifica em várias áreas. O senhor deputado fez também alusão ao trabalho da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis no que concerne ao transporte de doentes.

Terminou referindo, que quando em reunião mencionou “desistir” fê-lo no sentido de continuar a lutar tendo em conta as hierarquias na área da saúde, que até ao momento aprez-lhe dizer que pouco fizeram pelas situações sinalizadas no concelho, pelo que irá continuar a pugnar através de outros meios por um melhor serviço de saúde no nosso concelho.

Interveio o senhor António Barata Carvalho referiu que relativamente à extensão de saúde de Vila Nova do Ceira, a Junta de freguesia cedeu parte das suas instalações para funcionar esta unidade de saúde, pelo que informou que nesse sentido estão a ser tomadas algumas démarches junto de algumas entidades, nomeadamente da Câmara Municipal que prontamente se disponibilizou a colaborar.

Interveio o senhor deputado José Carlos Rodrigues Garcia referindo que como é do conhecimento geral o governo canalizou algumas verbas para a continuidade e conclusão de algumas obras na rede viária, na qual se incluiu a conclusão do troço do IP3 Coimbra-Viseu. Como este trajeto ainda não está totalmente delineado, referiu que é entendimento da ATRAM que o mesmo deveria entroncar na zona sul de Coimbra, isto é, viria de Santa Comba Dão, Tábua, Penacova, Arganil, Vila Nova de Poiares, Góis e Miranda do Corvo, devendo entroncar no concelho de Penela. Referiu, que enquanto não há uma decisão final relativamente ao traçado a levar a efeito, seria importante que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Câmaras Municipais se unissem no sentido da proposta da ATRAM vir a ser uma realidade, e para que estes concelhos ficassem de igual modo servidos de uma via estruturante.

O senhor deputado congratulou-se pela disponibilidade da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira em ceder parte das instalações para ali funcionar a extensão de saúde. Um outro assunto, que desejava ver resolvido era a iluminação no ramal de acesso àquela freguesia.

De seguida, o senhor deputado congratulou-se e felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa de apresentação de uma peça de teatro na reabertura da C.C.G., tendo conhecimento que a Câmara Municipal teria pago seis mil euros pela sua apresentação, pelo que lhe apraz mencionar que a ser verdade o montante disponibilizado pela autarquia, é seu entendimento que as entradas deveriam ser pagas. Ainda sobre o teatro, questionou qual o critério na reserva de lugar, uma vez que é também do seu conhecimento que aquando a colocação dos cartazes de publicitação o espetáculo já estaria esgotado, pelo que entende que a ser verdade provavelmente não teria sido o método mais correto junto à população.

Usou da palavra o senhor Amílcar José Barata Aleixo fazendo alusão à necessidade de abrigos rodoviários nas paragens de Portela do Vento e Stª. Margarida.

Aproximando-se a primavera, lembrou a necessidade de ser efetuada a limpeza das estradas e aceiros florestais, havendo algumas intransitáveis pelo arvoredado ali existente. Relembrou a questão do nemátodo, a qual não pode ser descurada pelo facto desta praga estar a atacar outras espécies.

Interveio o senhor deputado Renato José Santos Vitorino que informou da sua presença na reunião extraordinária da CIM-RC, lembrando que se trata da 3ª CIM com maior população, pelo que quer acreditar que devido à sua dimensão populacional poderá ter um outro impacto, nomeadamente em termos no novo QCA. Relativamente à ordem de trabalhos, deu conhecimento da eleição da mesa desta Assembleia, bem como da aprovação dos estatutos da CIM e a discussão e aprovação das GOP/Ano 2014. Prevaleceu-se da oportunidade para informar que também foi abordada a questão da floresta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

tendo o Dr. Manuel Machado tecido comentários bastante positivos ao trabalho que é desenvolvido no concelho de Góis nesta matéria.

Interveio o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato que dirigiu palavras de boas vindas ao senhor Orlando Cide Antunes Alvarinhas ora empossado como deputado deste órgão. Referiu que o GMCEIG está presente nesta Assembleia Municipal para trabalhar para as pessoas, pelo que quando um dos elementos “efetivos” da sua bancada não pode comparecer às sessões deste órgão, é entendimento que de acordo com a Lei procederem à substituição em nome de todos os que se reviram nesta candidatura.

No seguimento da excelente informação prestada pelo senhor deputado Renato Vitorino relativamente à Assembleia Extraordinária da CIM-RC, apraz-lhe complementar a mesma, referindo que o que notou relativamente às GOP é que os projetos elaborados no âmbito da CIM-Baixo Mondego e inseridos na CIM-RC já se encontravam devidamente cabimentados, pelo que naturalmente haverá probabilidades destes serem prioritários em relação àqueles que possam vir a ser projetos estruturantes para o nosso território.

Referiu estar apreensivo quanto às discrepâncias que esta nova CIM irá ter, pelo que apelou sempre à presença dos eleitos nestas reuniões onde são votados assuntos de interesse para o concelho, uma vez que os votos são por qualidade, são há percentagem de 1% para o nosso concelho, em que 3 Municípios são suficientes para fazer 50% dos votos, apelando à participação ativa neste processo. De seguida, o senhor deputado lançou ao Executivo o repto em que neste processo ambas as bancadas devem ter uma posição conjunta, sugerindo reunião conjunta para preparação das reuniões da Assembleia Intermunicipal para que os deputados que representam a Assembleia Municipal possam estar em sintonia com o Executivo municipal e defender a uma só voz os interesses do concelho de Góis.

Prosseguiu, referindo que numa reunião do Executivo foi abordado e focalizado a possibilidade da estrada municipal entre Vila Nova do Ceira – Vila Nova de Poiares, poder vir a ser novamente EN 2, caso seja considerada tal pretensão pela Empresa Estradas de Portugal. Apesar de considerar positiva a intervenção do Município nesta via, é seu entendimento que a mesma devesse passar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

novamente à jurisdição da E.P., pelo que o GMIEG disponibiliza-se a colaborar neste processo. Ainda sobre as redes viárias, referiu corroborar com as palavras proferidas pelo senhor deputado José Carlos Rodrigues Garcia, pelo que teremos que estar com muita atenção aos desenvolvimentos políticos quanto à solução do IP3, sendo que na sua ótica será provavelmente o alargamento desta via transformando-o numa scut ou numa autoestrada. Porém mencionou que deve haver um esforço muito grande de coesão supramunicipal principalmente para a nossa zona, uma vez que teremos que competir com a região de Aveiro na ligação Coimbra-Viseu.

Relativamente à C.C.G. referiu estar apreensivo quanto à conservação desta infraestrutura, uma vez que já se nota alguma deterioração em alguns equipamentos, deixando a ressalva que os serviços do Município verificassem a situação, tendo feito uma breve explanação.

No que concerne à obra para abastecimento de água à freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu que uma vez que a captação é no leito em Góis, junto à Praia Fluvial da Peneda, questionou se, nomeadamente, na época de menos afluência de água a referida captação não poderá por em causa o caudal do rio.

Referiu ainda, que é o do seu conhecimento a existência de alguns problemas de saneamento nas localidades de Cortecega e de Cabreira, esperando que estes tenham resolução antes da época balnear.

Por último, referiu registar com agrado as intervenções até então realizadas, uma vez que há uma preocupação geral de todos com a população deste concelho, havendo exceções de alguém que está mais preocupado com publicações nas redes sociais, porém vivemos bem com isto e estamos cá para as pessoas.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que a questão de encerramento de serviços públicos é algo a que nos temos que habituar, primeiramente foram os SAP, em que Góis não foi exceção, seguindo-se o termo de algumas repartições de finanças no distrito conforme anunciado na comunicação social, pelo que apraz-lhe dizer que a área de intervenção da Comissão de Saúde poder-se-á estender a outras áreas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Referiu, que o Estado numa ótica por si considerada correta deve realizar reformas no sentido de criar sustentabilidade e equilíbrios orçamentais para que possamos manter de boa saúde financeira o que é importante para qualquer empresa ou família. Contudo, referiu que deverá igualmente entender que existe algo que se deve sobrepor à mera ótica financeira, que é o serviço público, o cuidar das populações e saber diferenciar aquilo que é a falta de oportunidade e/ou a falta de acessibilidade a determinados serviços. Mais referiu, que o que o Estado português pretende fazer no caso do encerramento das finanças é não só dar mais uma “machadada” à semelhança de muitas outras que já foram dadas como uma série de encerramentos que têm vindo acontecer um pouco por todo o país sendo exemplo disso os tribunais, escolas, repartições de diversas naturezas. Referiu ainda, que se perspetiva o encerramento de serviços como uma mera ótica de redução de gastos financeiros, não se perspetivando outros custos que esses encerramentos possam gerar a quem necessita de usufruir dos mesmos. Acrescentou, que eventualmente a redução de alguns custos para o Estado poderiam traduzir-se naquilo que são as parcerias público privadas, sendo que estas protegem muitas empresas sempre em prejuízo do Estado.

Relativamente ao encerramento do serviço de finanças não sabe aquilo que se perspetiva, questão que já foi colocada ao Governo pelo Partido dos Verdes, sendo o que se perspetiva para o distrito de Coimbra é o encerramento destes serviços nos concelhos de Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil, Tábua, funcionando apenas em Lousã e de Vila Nova de Poiares, que efetivamente se encontra a 10 km, não se compreendendo este critério. Lembrou, que o funcionamento do serviço de finanças de Góis está a ser indiretamente participado pelo Município de Góis, tornando-se uma vantagem para o Estado, porquanto tem duas colaboradoras a serem suportadas pelo Município. Quanto as estas questões, é seu entendimento que terá que ser uma comunidade intermunicipal ou um lobby dos municípios afetados pelo encerramento dos serviços a marcarem uma posição capaz de contrariar as intenções do Estado, tendo em consideração que são territórios em que as assimetrias com os urbanos cada vez mais são visíveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

No que concerne à questão das acessibilidades, recordou que a EN2 é uma via que começa em Chaves e termina em Faro, havendo um momento há alguns anos atrás que excepcionalmente somente o troço Alvares-Cortes estava em fase de conclusão. Ainda sobre esta matéria, referiu partilhar da questão abordada do IP3 e da sua transformação em autoestrada, as prioridades que estão a ser estudadas e que já foram adiantadas para o quadro 20/20 determinando que é uma prioridade a transformação do IP3 em autoestrada na ligação Coimbra-Viseu.

Referiu, não partilhar como já tem vindo a ser partilhado por alguns autarcas do Baixo-Mondego a questão da reabilitação da linha férrea que passa por Cantanhede, em virtude de existir um outra linha. Lembrou a necessidade de reabilitação e o funcionamento da linha férrea da Lousã até Serpins sendo de inteira justiça, não percebendo como é que este plano Estratégico do QCA 20/20 não contempla aquela linha.

O senhor deputado prosseguiu, fazendo menção ao investimento significativo na autoestrada, que entronca na zona de Ceira a qual só fará sentido se tiver continuidade no futuro. Referiu ainda, a necessidade de ligação dos concelhos de Gouveia, Seia, Tábua, Arganil, Góis, Vila Nova de Poiares e Lousã a uma autoestrada nomeadamente no nó de Lamas-Miranda do Corvo que permita a ligação a sul.

Ainda sobre a questão das acessibilidades referiu a necessidade de exercer influência no que concerne à continuidade da EN342 fator essencial ao desenvolvimento dos concelhos do interior.

Quanto à EN2 no troço Góis-Vila Nova de Poiares, referiu que se trata de uma via municipal porque foi a única forma de se poder fazer intervenção na mesma, sendo que o ideal nesta fase seria a sua reafectação à E.P.

O senhor deputado continuou, fazendo alusão ao Plano Estratégico da CIM-RC, referindo não acreditar no mesmo, uma vez que Góis já teve um plano no âmbito da CIMPIN, sendo que na sua ótica que esse Plano foi solicitado para acautelar alguns processos de candidatura a fundos comunitários. Realçou que Góis e a região do interior do distrito de Coimbra terá sempre muitas dificuldades pelas razões que são do conhecimento de todos, nós temos pouco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

poder em termos de votos, pelo que devemos nos pautar por um poder de argumentação, intervenção e influência sobre os concelhos de Cantanhede, Coimbra e Figueira da Foz, no sentido de marcarmos a nossa posição dentro deste território a fim de equilibrar as assimetrias entre o litoral e o interior.

Ainda no âmbito da CIM-RC, referiu a importância dos representantes deste órgão de exercerem essa influência e que é necessário olhar para esta região como um todo e não per si, sendo que pelo que pode verificar no documento não lhe parece que a estratégia esteja a caminhar nesse sentido.

Por último, congratulou-se e apresentou as suas felicitações ao senhor secretário de apoio à Vereação Nuno Lopes, esperando que faça um bom trabalho e que contribua para o desenvolvimento de Góis.

O senhor Presidente deu a palavra à senhora Presidente da Câmara para se pronunciar sobre algumas matérias abordadas nas intervenções dos senhores deputados.

A senhora Presidente de Câmara iniciou a sua intervenção referindo que relativamente à questão das acessibilidades sugeriu a leitura do acordo de parceria do programa Portugal 2020, no qual refere a inexistência de verbas para investimento em novas acessibilidades, havendo um montante significativo apenas para conclusão de alguns projetos nesta matéria. Informou que o quadro de programação Portugal 2020 está assente em quatro eixos temáticos essenciais: competitividade e internacionalização, capital humano, inclusão social e emprego e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Face ao exposto, e em termos de acessibilidades referiu que teremos que pensar na melhoria das nossas acessibilidades em termos de projetos supramunicipais, bem como terá que ser o Município de Góis a realizar algumas melhorias nas vias municipais.

Prevaleceu-se da oportunidade para felicitar e congratular-se das comemorações dos 500 anos de foral do antigo concelho de Alvares ao qual a Câmara Municipal se irá associar.

No que diz respeito às questões apresentadas pelo senhor deputado Paulo Silva, nomeadamente, ao que concerne alguns comentários nas redes sociais, referiu acreditar na eficácia do tempo, acredita que um dia as pessoas vão perceber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

verdadeiramente qual era a matriz do projeto do PS, sendo natural que é com alguma dificuldade continua a conviver com esses comentários que em nada contribuem para o desenvolvimento do concelho de Góis.

Relativamente à questão do processo de obras, informou que efetivamente foi realizada peritagem, tendo o Município comprometido a efetuar o pagamento na ordem dos dezassete mil euros por mês, tendo este procedimento iniciado em janeiro do ano em curso o qual terá o seu terminus no mês de outubro. Informou ainda, quais os procedimentos que estão a ser tomados no âmbito deste processo.

No que concerne ao próximo QCA referiu que a Câmara Municipal defende de forma intransigente aquilo que tem sido a matriz dos GAL e no caso concreto o GAL-ADIBER. Referiu, a excelente gestão desta ADL, a qual geriu mais de seis milhões de euros em função da importância dos projetos, não tendo gerido esta verba de forma autónoma, mas numa ótica de desenvolvimento em função de uma estratégia. Mais referiu, que os GAL'S não têm esta qualidade, realçando o facto de as Câmaras Municipais terem assento nas ADL's e nas decisões porquanto integram o órgão de gestão, tendo realçado que se deve defender a continuidade desta forma de trabalhar.

Quanto ao Plano Estratégico da CIM-RC informou da sua presença numa reunião no p.p. dia 26.02.14 onde foi mencionado pelo senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural que são prioridade ações imateriais particularmente estancar o abandono escolar e que os municípios tenham um papel mais ativo na planificação da formação profissional. Concluiu este assunto, referindo que o que nos falta para Góis presentemente, deveria ter sido já resolvido há muito, não por esforço do trabalho de todos os autarcas, mas por quem tem governado nestes últimos 40 anos do poder local, uma vez que não deu o valor que merecemos.

Quanto à intervenção do senhor Pedro Agostinho quando fez alusão ao consultório itinerante, referiu que iremos continuar a pugnar para que isso um dia seja verdade.

Quanto à questão da deslocalização da extensão de saúde de Vila Nova do Ceira referiu que a Câmara Municipal irá associar-se neste processo.

Relativamente à intervenção do senhor deputado José Carlos Garcia referiu que tem vindo a ser discutido em sede de CIM-RC a questão da ligação ao IP3, referindo subscrever o que entende ser o melhor para o concelho de Góis. Na questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

iluminação do ramal de Vila Nova do Ceira informou foram tomadas diligências junto da EDP pelo que oportunamente será o senhor deputado informado de qual o ponto de situação. Quanto ao espetáculo de reabertura da C.C.G. informou que foram acautelados lugares para os autarcas e coletividades com que a Câmara Municipal trabalha, tendo prestado os devidos esclarecimentos no que concerne à distribuição de bilhetes.

Relativamente à limpeza das estradas florestais, informou da existência de um plano para este trabalho, o qual está a ser acompanhado pelo GTF em colaboração com outras entidades. Quanto à questão do nemátodo, referiu que a A.F.C.G. tinha protocolado o abate de árvores, sendo que todas as sugestões que foram propostas pelo senhor deputado Amílcar Aleixo são exequíveis.

Naquilo que foram as palavras dos senhores deputados Renato Vitorino e Miguel Fortunato quanto à sua presença na reunião da mesa da Assembleia Intermunicipal, obviamente que nos congratulamos por Góis ter sido reconhecido por um concelho com boas práticas no âmbito da proteção civil, tendo sido neste âmbito que recebemos o senhor secretário da CIM, Engº Jorge Bento, numa reunião com a proteção civil, na qual foram apresentadas as práticas que têm sido levadas a efeito, bem como a sinalização de alguns constrangimentos e lacunas com que o Município de Góis se depara nesta matéria.

Terminou, referindo subscrever as palavras do senhor deputado Jaime Garcia no que concerne à ex N2, enaltecendo os autarcas que estiveram na génese daquele trabalho porque efetivamente só pela sua desclassificação é que seria possível uma intervenção. Ainda sobre este assunto, está previsto na revisão do PDM a proposta da desclassificação da referida estrada como municipal.

Relativamente à C.C.G. é um facto de que foram duas empreitadas que envolveram mais de dois milhões de euros há também uma preocupação, uma vez que segundo informação da Técnica do Município que acompanhou a obra, de que foi cumprido integralmente o caderno de encargos. Na questão da qualidade dos materiais é uma verdade, contudo foram respeitadas as indicações patentes no caderno de encargos, de qualquer forma as anomalias que já foram identificadas, a Câmara Municipal está muito atenta às mesmas até porque a obra está no prazo da garantia. Sobre a questão do abastecimento acredita que não haverá quaisquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

problemas ao nível do caudal quando ali for a captação, conforme informação técnica. Quanto à questão do saneamento de Cortecega está em curso procedimento concursal para resolver esta situação, e quanto à Cabreira referiu que se trata de um problema grave porquanto a ETAR após cinco anos da sua construção entrou em funcionamento e rebentou, pelo que a Câmara Municipal terá que iniciar novo procedimento concursal para resolver definitivamente esta situação.

Por último, referiu que relativamente ao Plano Estratégico tinha uma opinião diferente da que tem hoje, por entender que não foi dada a possibilidade ao Município de Góis e às Entidades indicadas de colaborarem neste processo. Contudo, após perceber qual a matriz do acordo de parceria, naturalmente a empresa que está na génese do Plano Estratégico terá que o adequar às áreas que foram eleitas como prioritárias pela Comissão Europeia. Concluiu, referindo que se tem de elaborar um Plano onde se possa usufruir dos fundos comunitários, não se tratando de um Plano Estratégico para se resolver problemas estruturantes do concelho de Góis ou da Beira Serra.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4. CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE/INDICAÇÃO DE UM ELEMENTO DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

– O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, a Assembleia Municipal deverá indicar um elemento de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados neste órgão, pelo que solicitou aos senhores líderes de bancada que comunicassem qual o elemento que se faria representar em sede de C.M.E.

O senhor líder de bancada do PS informou que em representação da sua bancada seria o Eng^o Renato José Santos Vitorino.

O senhor líder de bancada do GMCEIG informou que seria ele próprio, Miguel Luís Martins Alves Fortunato.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

5. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA À ASSEMBLEIA DISTRITAL DE

COIMBRA - O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com os estatutos da Assembleia Distrital de Coimbra terá que a Assembleia Municipal indicar o nome de um Presidente de Junta de Freguesia a representar as Juntas de Freguesia concelhias na referida Assembleia.

O GMPS indicou o nome do senhor Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal.

O GMCEIG indicou o nome do senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Alvares.

Posto à votação por escrutínio secreto, foi eleito o senhor Carlos Conceição Jesus.

6. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com o Regulamento do Conselho Municipal de Educação terá a Assembleia Municipal que indicar o nome de um Presidente de Junta de Freguesia a representar as Juntas de Freguesia concelhias no CME.

O GMPS indicou o nome do senhor Graciano Antunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Góis.

O GMCEIG indicou o nome do senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Alvares.

Posto à votação por escrutínio secreto, foi eleito o senhor Graciano Antunes Rodrigues.

7. NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUCOS EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS/MOÇÃO

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da moção do Município de Góis relativamente ao assunto em epígrafe, a qual foi votada por unanimidade.

Usou da palavra o senhor deputado Graciano Antunes Rodrigues, que referiu que este assunto foi objeto de discussão em sede de reunião de freguesia tendo sido tomada a mesma posição da Câmara Municipal de Góis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e face à importância e interesse do assunto em questão deliberou por unanimidade aprovar a moção apresentada pela Câmara Municipal de Góis.

8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Foi presente a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido dada a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva referindo que no anterior mandato fez várias vezes alusão à necessidade de alteração do presente documento, nomeadamente em alguns pontos que considera importantes.

Quanto à comissão que esteve na génese da alteração do presente documento referiu desconhecer como é que a mesma foi constituída e se foi votada. Questão a que o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o grupo de trabalho foi constituído na primeira reunião deste órgão, na qual foi indicado por ambas as bancadas os elementos que o integraram e que trabalharam para a apresentação do presente documento, o qual respeita na íntegra a legislação em vigor.

O senhor deputado referiu que no documento em apreço plasma a constituição de comissões ou grupos de trabalho, porém não faz qualquer referência à forma como são constituídos, sendo essa a sua questão. Referiu que esperava que houvesse uma discussão presencial sobre este assunto para o qual apresentou algumas propostas, não sendo do seu agrado o facto de não se terem discutido as mesmas, pelo que é sua intenção falar de algumas medidas que não estão patentes no documento em apreço. Referiu que maioritariamente as propostas que apresentou foi no sentido de reforçar o papel dos elementos dos grupos da Assembleia Municipal. É seu entendimento que o tempo fixado para cada intervenção não é suficiente e sim limitativo para uma sessão que ocorre de dois em dois meses, tendo nesse sentido apresentado algumas sugestões. Entende que as atas do Executivo deveriam ser remetidas aos elementos da Assembleia Municipal, considerando ser a forma mais correta de todos terem acesso a esta informação pelo que deveria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ser também inserido um ponto neste sentido. Apesar de ser do seu conhecimento que os prazos de convocação para sessão deste órgão decorrerem da lei, referiu que os mesmos são insuficientes para que se possam apresentar propostas de trabalho a serem inseridas na ordem do dia.

No que concerne às intervenções, tanto dos deputados como do público a sua proposta foi o do alargamento do tempo de palavra, mencionando ainda, que deveria ser dada a possibilidade dos deputados poderem comentar as intervenções do público. Ainda sobre o tempo de intervenção dos deputados referiu que deveria ser gerido entre os elementos de cada grupo e não dentro do timing estabelecido por deputado.

Referiu ainda, que uma outra questão tem a ver com a participação dos deputados nas sessões, nomeadamente quando estes justificadamente integram a sessão durante o decorrer da mesma, considerando que deveria haver uma maior flexibilidade na participação destes nas discussões dos assuntos.

Terminou a sua intervenção congratulando-se pelo trabalho realizado na alteração ao presente documento.

Usou da palavra o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato que iniciou a sua intervenção referindo que o presente assunto não se trata de uma revisão ao Regimento, mas sim trata-se de um novo Regimento por vários motivos dos quais destaca o facto de ser um novo mandato e uma lei habilitante nova.

Continuou, referindo congratular-se por saber que há divergência dentro da bancada do PS, ficando satisfeito com que haja pluralidade, porque só com a existência desta é que podem surgir novas opiniões.

Relembrou o senhor deputado Paulo Silva que se calhar até tem alguma razão naquilo que disse quanto à constituição desta comissão ou grupo de trabalho, efetivamente por não ter estado presente. Este grupo de trabalho, foi decidido na primeira reunião deste órgão, sendo natural que questione e é justificável alguma questão, sobre a constituição do grupo que esteve na génese do presente documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Prosseguiu, referindo que efetivamente houve um grupo de trabalho que colaborou e reuniu, lamentando que o presente documento não seja o mesmo que saiu da última reunião, uma vez que foi acrescentado no documento o ponto nº 5, do artigo 26º com o qual não nos revemos. O senhor deputado fez menção ao referido número que foi acrescentado no qual consta que “Qualquer membro da assembleia poderá ainda comentar ou responder às intervenções do público, não podendo exercer o total de três minutos.” Sobre o público, referiu que está presente em sessão para ouvir a discussão dos assuntos e usar da palavra no período que lhe é facultado, questionando sobre assuntos que são do seu interesse e tendo o direito a resposta. Sobre o direito a resposta, o nº4 do referido artigo é explícito, sendo que maioritariamente as questões propostas são dirigidas à Presidente de Câmara, referindo que os membros da Assembleia Municipal não devem comentar o que o público expõe aquando o uso da palavra, e caso haja interesse em comentar a palavras do público que o façam fora da sede da Assembleia Municipal. Reforçou as suas palavras referindo que a Assembleia Municipal tem o direito de prestar o esclarecimento e dar as respostas que o público ou munícipe solicitar e não o de comentar as intervenções do público. Acrescentou, que este assunto foi abordado na reunião, só que foi sempre com o teor que o nº 4 do mesmo artigo esclarecia que deveria ser prestado os esclarecimentos sempre que solicitados.

O senhor deputado informou que se é para aprovar o Regimento com o nº5 do artigo 26º, o GMCEIG irá votar contra com declaração de voto.

Usou da palavra o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia que iniciou a sua intervenção informando que não foi constituída nenhuma comissão para esta finalidade, foi sim constituído um grupo *ad hoc* com a incumbência de preparar a presente proposta de alteração ao Regulamento. Informou que após a revisão da legislação, o resultado final do documento é que praticamente trata-se do mesmo documento. Referiu que o grupo de trabalho, trocou algumas sugestões tendo reunido no sentido de se chegar a um acordo, sendo que as achegas do senhor deputado Paulo Silva foram levadas a essa mesma reunião as quais foram debatidas sendo que algumas destas foram tidas em conta e outras não foram acomodadas até porque algumas não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

teriam cabimento legal. Acrescentou, que o facto de todas as sugestões apresentadas pelo senhor deputado Paulo Silva não terem sido consideradas, não é motivo para se mencionar que haja falta de entendimento dentro da bancada do PS, por não lhe parecer que seja um assunto político, e que este documento deve emanar de forma unânime desta assembleia. Mais acrescentou, que também não lhe parece honesto mencionar determinadas coisas omitindo outras, porque o documento em apreço com a exceção de uma frase é exatamente o mesmo que foi delineado nessa reunião. Acrescentou ainda, que essa alteração é justificável no sentido de acomodar os contributos solicitados pelos membros do GMPS, no caso pelo senhor Paulo Silva, que terá mencionado que o senhor deputado Pedro Agostinho também gostaria de ver incluída no Regimento a possibilidade relativa à intervenção do público sugestão que nessa reunião em conversa foi considerado como razoável e possível de fazer. Face ao exposto, referiu que não lhe parece muito adequado mencionar que as coisas foram feitas à revelia, realçando que a única alteração foi inserir o ponto 5, a qual foi sugerida via mail no 17.02.14, tendo-lhe sido no dia 20.02.14 comunicado que não havia concordância relativamente a este ponto.

O senhor deputado referiu que se trata de um documento que irá ser posto à votação, sendo um documento aberto a todo o tempo poderá sofrer as alterações que a Assembleia Municipal entender. No que concerne o direito a resposta ao público, referiu que o anterior regulamento já o tinha previsto. Foi também alegado pelo senhor líder de bancada do GMCIEG que naquilo que o Regulamento seja omissa a mesa tem poder de decisão. Se foi identificada uma omissão no Regimento é claro que devemos prestar esse esclarecimento, realçando que o GMPS está na disposição de retirar o ponto 5, do artigo 26º, apesar de ser entendimento que ficaria melhor dessa maneira, eventualmente eliminando a palavra comentar, mas ficando salvaguardado que os elementos de qualquer das bancadas ou da mesa possam fazer intervenção relativamente às intervenções que aqui foram feitas.

Interveio o senhor deputado Pedro Miguel Conceição Agostinho iniciando a sua intervenção referindo que quanto ao direito a resposta ou até mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

comentar uma intervenção do público, lembrou que no mandato anterior houve uma intervenção do público em que não foi permitida ou não havia a intenção clara de permitir ao senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia de fazer uma defesa da honra de uma afirmação que foi proferida por um elemento do público, tendo posteriormente sido dada a palavra a muito custo. Para que situações como a expôs não voltassem a acontecer, nessa altura defendeu que no regimento deveria ser introduzido o referido ponto 5, somente para defesa da honra. Referiu que a sua opinião é que o ponto 4, do artigo 26º é explícito quanto ao direito à resposta e defesa da honra.

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva que informou que sobre o assunto em discussão a ordem de trabalhos é explícita porque refere que se trata de uma proposta de alteração ao regimento da Assembleia Municipal. Sobre a inexistência de pluralidade dentro do GMPS referiu que não é por existirem posições contrárias que não haja coesão dentro deste Grupo Municipal, lembrando que o PS é o partido da fraternidade, igualdade e pluralidade, palavras que o senhor deputado deve-se lembrar porquanto já militou no partido.

Referiu que quanto à constituição de um grupo de trabalho, obviamente que depois ter lido as atas é do seu conhecimento o que ficou determinado sobre este assunto. Pensa que o senhor deputado Miguel Fortunato não terá percebido a sua questão. Referiu que houve dois momentos em que se falou neste grupo de trabalho, a questão é saber que quando é que um grupo de trabalho ou uma comissão deve ser votado e quando não o deve ser. Referiu que primeiramente o seu sentido de voto seria o da abstenção por não ver alguns pontos das suas propostas e não ter tido a oportunidade de os ter discutido, porém devido "à falta de pluralidade" aqui invocada o seu sentido de voto será favorável.

Usou da palavra a senhora deputada Maria do Céu Simões Alves referindo que a sua intervenção prende-se sobretudo no ponto 5. do artigo 26º, ponto gerador da discussão em causa. Referiu que enquanto elemento desse grupo de trabalho com líder o da sua bancada, efetivamente este artigo não corresponde áquilo que ficou determinado para o documento final, fruto do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

trabalho da equipa. Acrescentou, que após revisão detalhada ao documento foi verificado que o ponto 5, do artigo 26º e em particular a expressão “comentar” não cabia como atribuição de direito no sentido de responder ao público. Esta expressão resultou do tentar comodar propostas apresentadas, houve um esforço de dar resposta positiva a quem deu contributos no sentido de impor a possibilidade de comentar. Neste teor entende que esta disposição é ilegal e inibidora da liberdade de expressão e exposição dos cidadãos que aqui vêm e que irá constituir uma inibição da sua expressão em colocar as suas questões, sugestões e solicitar esclarecimentos. Acrescentou que não cabe à Assembleia Municipal “comentar ou responder”, este teor não cabe no conteúdo do uso da palavra que é descrito exatamente no artigo 27º o qual é dirigido às intervenções dos membros desta assembleia. Comentar de facto de maneira nenhuma pode constituir um direito ou uma faculdade dos membros desta Assembleia.

Usou da palavra o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato que relativamente aos contributos para alteração a este documento, informou dos procedimentos realizados via mail, bem como dos períodos de tempo em que os mesmos foram efetivados. Referiu ainda, que o que se pretendeu com a criação do grupo que esteve na génese da alteração deste documento, conforme palavras do senhor líder do PS foi o de organizar um documento que fosse presente em sede de Assembleia Municipal e que fosse discutido e votado. Nesse sentido, foram trocadas ideias cada um adequando à ideia do outro, processo que durou dois meses, estando presentemente a ser discutido.

Interveio o senhor Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo não ter percebido as palavras da senhora deputada Maria do Céu Simões Alves quando referiu que “estamos a retirar possibilidade ao público de fazer intervenção”, questão a que a senhora deputada respondeu afirmativamente, porque não nos compete comentar um ponto de vista de um cidadão que vem apresentar um determinado assunto.

O senhor deputado referiu que relativamente a esta matéria e à questão como os trabalhos foram dirigidos, houve sempre comum acordo posição corroborada pelo GMPs, pelo que perante a presente proposta entende que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

votação da mesma deverá ser unânime. Face ao exposto, e de acordo com as palavras dos senhores deputados do GMCEIG propôs que se retire o ponto nº 5, do artigo 26º, a fim do presente documento ser objeto de deliberação.

Posto à votação a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal foi aprovada por unanimidade.

9. 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.02.2014, relativamente à 1ª alteração ao Mapa de Pessoal/Ano de 2014, a qual foi aprovada por unanimidade.

Interveio o senhor Miguel Luís Martins Alves Fortunato que questionou o porquê de não ter sido feita menção à redação da atividade 76 na proposta apresentada pela senhora Presidente de Câmara, questão a que a senhora Chefe da DAG, explicou que se trata de uma atividade existente no Mapa de Pessoal.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que é um facto que a 27.12.13 foi por este órgão aprovado o Mapa de Pessoal/2014, porém presentemente a Câmara Municipal está a adaptar o mesmo às necessidades existentes em alguns serviços, congratulando-se que a presente proposta tenha sido aprovada por unanimidade pelo Executivo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deliberou por unanimidade aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal/Ano de 2014.

10. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.02.2014, relativamente à autorização para abertura de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores, a qual a Câmara deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Grupo Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, emitir parecer favorável à abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores, conforme proposta da senhora Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Interveio o senhor deputado José Carlos Rodrigues Garcia mencionando que a sua intervenção prende-se com a abertura de procedimento concursal para um Técnico Superior na área da Higiene e Segurança no Trabalho considerando que se a Câmara Municipal recorresse a uma empresa externa poderia eventualmente haver uma redução nas despesas com a prestação deste serviço. Referiu, que seria interessante que a Câmara promovesse a criação de uma empresa nesta área com intuito de ser efetuada assistência em outros organismos locais.

Relativamente ao Técnico Superior de Comunicação Empresarial referiu não saber quais irão ser as funções que irá desempenhar dentro da área empresarial, tendo solicitado os devidos esclarecimentos, questão a que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que na proposta apresentada pela senhora Presidente da Câmara Municipal refere quais as funções que o referido Técnico irá exercer.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva referindo partilhar da posição tomada pelo Executivo, no sentido proceder às obrigações legalmente impostas, bem como dar cumprimento àquilo que são as necessidades do Executivo em algumas áreas e naturalmente apoiar a empregabilidade de pessoas residentes no concelho.

Sobre o cumprimento de normas legalmente impostas ao nível do cumprimento de diretrizes na área da empregabilidade por parte dos municípios, referiu que o Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo, afirmou a transferência de competências na área da vigilância florestal para as autarquias, ainda no decorrer do ano em vigor. Apesar, deste assunto não se enquadrar no tema em apreço, é sabido que o estado tem vindo a reduzir em 2% os seus efetivos e em 50% o número de contratados, não se esquecendo de criar um diploma que vai obrigar os municípios a proceder à contratação de pessoal. Referiu que como cidadão não compreende a filosofia do governo quando por um lado exige a redução de pessoal, e, por outro obriga à contratação do mesmo de acordo com as competências que transfere. Mais referiu, a possibilidade de num futuro próximo a Assembleia Municipal ter que deliberar sobre a contratação de mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

pessoal, questionando da obrigatoriedade de redução de 50% dos contratados.

Interveio o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato referindo que apesar do documento em apreço referir as funções em termos gerais e abstratos desejava ter conhecimento concreto das tarefas que especificamente irá exercer o Técnico de Comunicação Empresarial.

Usou da palavra a senhora Maria do Céu Simões Alves que iniciou a sua intervenção esclarecendo que uma sociedade só vive bem se todos assim o viverem e se todas as pessoas se sentirem realizadas pessoal e profissionalmente. Sobre o assunto em apreço, referiu registar com alguma tristeza que as suas palavras sobre esta matéria muitas das vezes são mal interpretadas no sentido de serem entendidas como sendo apologista do desemprego apelando que Executivo tenha uma mão rigorosa nestes procedimentos e que não tenha qualquer sensibilidade na renovação de contratos, não sendo efetivamente a sua postura e nem a sua maneira de estar na vida.

Prosseguiu, referindo que as suas intervenções sobre esta matéria têm vindo salvaguardadas naquilo que o O.E. 2014 prevê, e que implica exigências, imposições e restrições legais de redução dos trabalhadores dos Municípios, cumprindo patamares de redução que não lhe parece terem sido cumpridos no ano de 2013. Acrescentou, que reside sempre a dúvida da legalidade destas contratações apenas relativamente ao cumprimento desta exigência legal.

A senhora deputada fez ainda referência à contratação de um Técnico Superior na área da Higiene e Segurança no Trabalho, exigência há muito prevista, sendo natural que o Município tenha acautelado devidamente esta situação nos anos transatos, pelo que questionou qual a diferença presentemente.

Quanto ao Técnico Superior em Comunicação Empresarial, referiu que já foram solicitados esclarecimentos, porém apraz-lhe questionar se até à data o gabinete não funcionou sem que fosse necessário apoio especializado no sentido de esclarecer as entidades empresárias no nosso concelho.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia que se congratulou pela coragem da Câmara Municipal na proposta apresentada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

resultado do cumprimento de alguns normativos impostos legalmente como é o caso na área da Higiene e Segurança no Trabalho, entendendo que não deverá substituir-se a nenhum operador privado. Relativamente aos lugares para nadadores-salvadores mencionou a falta de capacidade para suportar os encargos dos mesmos dos concessionários dos bares existentes nas praias fluviais, pelo que se não for da iniciativa da autarquia com certeza que não teremos esse apoio durante a época balnear e consequentemente as bandeiras que nos foram atribuídas.

Referiu corroborar com as palavras proferidas pelo senhor deputado José Carlos Garcia quando mencionou que a Câmara deve incentivar a iniciativa privada, porém há situações como as presentes que não vê a possibilidade de existência de um parceiro privado que possa colmatar estas funções, sendo que algumas destas são impostas legalmente impossibilitando de contratação de serviços externos. Referiu, concordar com a intervenção do senhor deputado Paulo Silva quando mencionou o facto de a Câmara Municipal gerar empregabilidade no concelho, uma vez que o que se tem verificado é que a falta de oportunidade leva a que os jovens tenham que procurar as suas oportunidades fora da sua área de residência, pelo que todas as medidas de contrariar essa situação serão sempre bem-vindas.

Prosseguiu, referindo que o Técnico Superior de Comunicação Empresarial virá com certeza reforçar as competências do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento numa ótica de implementação de Associação Empresarial Concelhia e um melhor e eficaz apoio ao tecido empresarial concelhio, bem como a projetos de investimento no concelho. Fez ainda menção aos outros lugares patentes no documento em apreço, sem os quais provavelmente o Município não prestaria um serviço de excelência, congratulando-se pela atitude da Câmara Municipal em querer prestar um melhor serviço aos munícipes e a todos quantos nos visitam.

Por último, referiu que relativamente às preocupações legais sobre esta matéria, tanto o parcelar da reunião do Executivo como a proposta da senhora Presidente são explícitos, quanto ao cumprimento das normas legais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente.

A senhora Presidente informou que sobre o lugar de um Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, trata-se de um imperativo legal que a Câmara Municipal está obrigada, pelo que este técnico vai ter a missão de implementar todo trabalho na área da sua competência dentro da autarquia e conjuntamente com outras entidades. No âmbito do empreendedorismo devemos incentivar cada vez mais a iniciativa privada e seria muito interessante que houvesse uma empresa concelhia nesta área para realização deste trabalho.

Relativamente à questão do técnico de apoio ao desenvolvimento, referiu que o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento tem funcionado muito bem apenas com uma pessoa, o trabalhador Miguel Mourão, acontece que com as novas exigências verifica-se a necessidade de contratação de mais um colaborador, no sentido de haver uma maior capacidade de resposta nas solicitações, bem como na instrução, análise e acompanhamento das candidaturas que dão entrada na Câmara Municipal no âmbito do Regulamento Municipal de Aprovação de Subsídios. Neste novo QCA impõe-se uma outra performance ao nível deste Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento e isso só será possível com um reforço da equipa e de algum apoio jurídico. Referiu ser pretensão da Câmara Municipal dar cumprimento àquilo que foi o compromisso autárquico do PS o de criar no concelho de Góis uma associação empresarial que dinamize o tecido empresarial local, a qual poderá ter também uma intervenção a nível supramunicipal.

Há de facto uma imposição legal com a redução de pessoal e por outro lado um reforço de competências a partir de 2015, no que concerne à proteção civil que passam para as Câmaras Municipais, pelo que sendo um ano de eleições haverá sempre possibilidade de serem criadas exceções na lei, como não sabe o que irá acontecer cá estará para responder.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deliberou por maioria, com onze votos a favor e oito abstenções dos senhores deputados do Grupo Cidadãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Eleitores Independentes por Góis, autorizar a abertura de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores.

11. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.02.2014 relativa à Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

12. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA - Sobre o presente assunto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores líderes de bancada para se pronunciarem, não tendo havido qualquer intervenção.

APROVAÇÕES EM MINUTA: 4,5,6,8,9 e 10.

PÚBLICO:

a) Usou da palavra o senhor Luís António Rosa Carvalho, residente em Góis, referindo que enquanto os senhores deputados usam a palavra em nome de quem os elegeram, a sua pessoa quando expressa uma opinião fá-lo enquanto cidadão numa página pessoal, sendo nesta ótica que deve ser interpretado. Informou que faz parte integrante dos corpos sociais da Associação Cultural RaizVanguarda recentemente constituída, residindo em Góis há cerca de 27 anos, pelo que referiu que tem de haver inteligência para não se confundirem as coisas, isto é, a sua opinião enquanto cidadão e o cargo que ocupa na referida Associação. Referiu que quanto aos comentários do Facebook cada um é livre de fazer a sua própria interpretação, não considerando que este seja o momento certo para se tecerem considerações sobre comentários feitos nas redes sociais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Enquanto Raiz Vanguarda foi apresentado um projeto à Câmara Municipal e à ADIBER para desenvolver um projeto de Residências Artísticas, bem como outros projetos que pretendem implantar em parceria com estas duas organizações, bem como com outros parceiros.

b) Interveio o senhor Joaquim Mateus, que se congratulou com o trabalho que o Executivo municipal tem vindo a desenvolver o qual entende ser bastante positivo, realçando o recente espetáculo de reabertura da C.C.G., bem como a requalificação do sistema de abastecimento de água à freguesia de Vila Nova do Ceira. Fez ainda alusão às comemorações dos 500 anos do Foral do Antigo concelho de Alvares, iniciativa que emergiu da sociedade civil em parceria com as associações locais, a qual engloba um leque de atividades bastante diversificadas.

c) Interveio o senhor Dr. Miguel Ventura, Presidente da Direção da ADIBER para referir que o Plano Estratégico para a Região de Coimbra, aqui referido, ainda está em elaboração, pelo que ainda bem que não é um documento final, uma vez que um trabalho onde nas suas prioridades se refere à orla costeira, à paisagem gandaresa, ao vale do Mondego e se esquece da existência de um outro território, como a Serra da Lousã, a Serra do Açor, o Vale do Ceira e o Vale do Alva, é de facto motivo de preocupação. Contudo, se por lado ficamos apreensivos, por outro estamos tranquilos, uma vez que há um conjunto de autarcas, de onde se destaca a senhora Presidente da Câmara Municipal de Góis, que estão na linha da frente na defesa deste território e desse mesmo Plano Estratégico, com o objetivo de que a Beira Serra venha a merecer o que há muito deseja para o seu desenvolvimento.

Prosseguiu, referindo partilhar das preocupações da senhora Presidente de Câmara quando menciona que as orientações da Comissão Europeia são efetivamente outras, quando já houve muito dinheiro para vias de comunicação, tendo Portugal sido considerado um dos países da U.E. com mais Km de autoestrada, uma realidade que a Beira Serra desconhece pois continua com fracas acessibilidades. Referiu, que o grupo de trabalho para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

infraestruturas de elevado valor acrescentado, criado pelo secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações em agosto de 2013, identificou 30 projetos prioritários até 2020, que representam um investimento total superior a 5,1 mil milhões de euros. Destes 30 projetos somente dois na área rodoviária é que foram considerados, nomeadamente IP4 – Túnel do Marão; investimento de 173 milhões de euros e IP3 – Coimbra-Viseu; investimento de 600 milhões de euros.

Assim, referiu, que nos resta que haja sensibilidade e bom senso de quem tem responsabilidades para negociar com Bruxelas a listagem dos projetos a apoiar, nomeadamente do que foi considerado prioridade em matéria de acessibilidades rodoviárias, uma vez que deve ser reforçado o facto de existirem territórios com necessidades prementes, como é o caso do nosso, e que têm de ver concretizados os investimentos propícios ao seu desenvolvimento.

Considerou que a preocupação não se deve consubstanciar à questão do trajeto do IP3, sendo que a espinha dorsal do desenvolvimento deste território é e será a EN342 no trajeto Lousã-IC6, com ligação posterior à continuidade do IC6 e IC7 à A25. Então ficamos aqui com uma ligação transversal entre a A25 e seja na A1 ou a A13 em Condeixa e ganhamos uma nova centralidade no contexto da Região Centro.

Quanto ao DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária, que vem substituir os antigos LEADER's e o atual PRODER, referiu que defende que os territórios mantenham o poder de decisão nesta matéria alicerçado nos GAL que mais não são que parceiras locais representativos o seu tecido económico, social, cultural e empresarial.

Acrescentou, que o GAL - ADIBER é exemplo disso porque conta com 80 parceiros de toda esta região, recentemente reunidos em Tábua, numa parceria amplamente representativa, onde foi demonstrado que a Região sabe gerir e aplicar os meios financeiros disponíveis, ao serviço do território. Referiu ainda, que os números apresentados no Conselho de Parceiros da Beira Serra, são do conhecimento da Câmara Municipal e da generalidade dos cidadãos, porquanto foram publicados na comunicação social, e demonstram de facto o impacto que foi e é possível obter com esses mesmos recursos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Neste sentido temos que todos que lutar para que haja também esse reconhecimento por parte da Administração e que os territórios dos GAL sejam mantidos e essas parcerias sejam efetivamente consolidadas, na plena defesa das zonas de baixa densidade que necessitam de desenvolvimento para ultrapassarem os problemas que ainda as afeta. Neste propósito agradeceu a atitude que a senhora Presidente tem protagonizado em diversos fóruns, onde defende com convicção as virtualidades da abordagem LEADER, que tão bem conhece.

O senhor Dr. Miguel Ventura fez ainda referência à reabertura da C.C.G. sendo muito importante para Góis ter um equipamento daquela qualidade, agradecendo à senhora Presidente os dois convites que teve a amabilidade de dirigir à ADIBER, informando da presença de um dirigente desta ADL como forma de reconhecimento de todo o trabalho que ali foi feito.

Relativamente à Casa do Artista e dado que foi aqui invocado este equipamento, referiu que a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra desde a primeira hora está interessada em colocar aquela casa ao serviço dos goienses, aliás como sempre esteve, de que é exemplo a frequência do auditório e das galerias ao longo do ano.

Referiu que durante alguns anos a casa esteve cedida à Câmara Municipal, no período em que decorreram as obras de requalificação dos Paços do Município, estando disponíveis no âmbito de parcerias com outras entidades e com a Câmara Municipal, para que aquele espaço seja utilizado em respeito pelas condições e objetivos para o qual foi criado, obviamente sempre em parceria e com a anuência da Câmara Municipal de Góis que é a legítima proprietária da Casa do Artista e com a qual temos um protocolo de colaboração. Reiterou que nada será feito sem que a Câmara Municipal dê o seu aval aos que ali poderão ser eventualmente desenvolvidos.

d) Interveio o senhor Eng^o José Antunes Henriques, que em nome do Conselho Regional da Casa do Concelho de Góis informou que no dia 13 de abril irá realizar-se uma tarde cultural "Concerto de Concertinas" na Casa do Concelho de Góis. Prevaleceu-se da oportunidade para informar que a Casa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

do Concelho de Góis também irá associar-se às comemorações dos 500 anos do Foral do Concelho de Alvares numa iniciativa a levar a efeito no dia 31.05.14.

e) Interveio o senhor Denisas Kolomyckis que referiu que representa a Associação Raiz Vanguarda, tendo feito uma breve alusão à Associação Raiz Vanguarda e dos projetos que pretendem implementar, dos quais já foram dado conhecimento à senhora Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, realçando que brevemente irá ser feita publicamente apresentação da Raiz Vanguarda. Referiu ainda, que é necessário um espaço para desenvolverem alguns dos seus projetos, pelo que foi solicitada uma parceria no que concerne à cedência da Casa do Artista para ali serem dinamizados alguns projetos que se propõe realizar, nomeadamente a Residência Artística, tendo dado conhecimento naquilo que consiste.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal está recetivo a colaborar dentro daquilo que são as competências deste órgão, solicitando entrega de documentação a fim de ser presente a todos os senhores deputados.

Interveio o senhor deputado Paulo Silva que relativamente à questão do facebook e dos blogs referiu que quando fez menção às redes sociais não referiu nomes de quem fez alguns comentários, porém referiu que quem os fez deverá ouvir conselhos de pessoas que provavelmente estão a apoiar a organização onde exerce funções, lembrando que as nossas intervenções públicas por vezes acabam por arrastar as organizações a que pertencemos.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente, _____

A Primeira Secretária, _____

O Segundo Secretário, _____